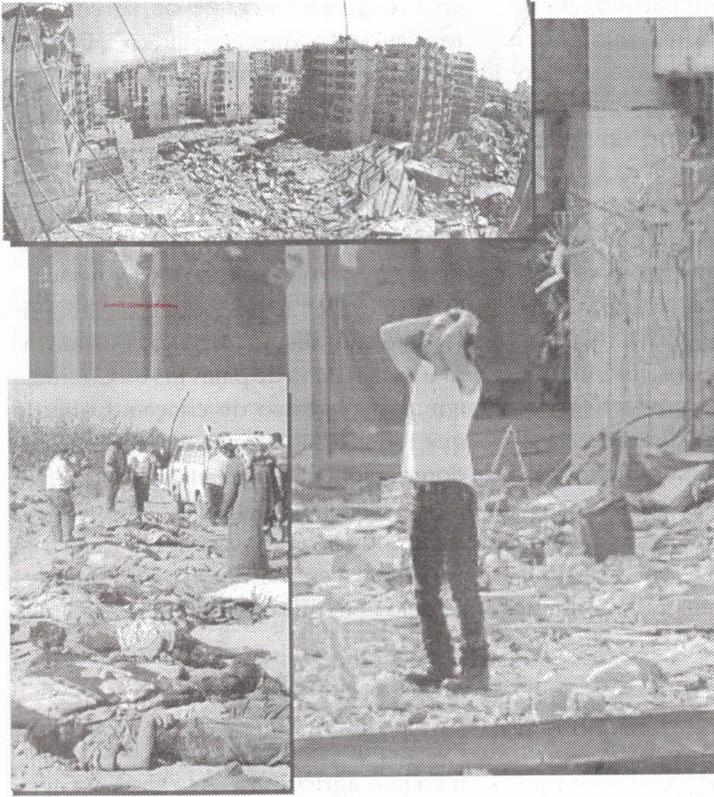




EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 18 - Nº 324 - DE 08 a 21 DE AGOSTO DE 2006 - R\$ 1,50



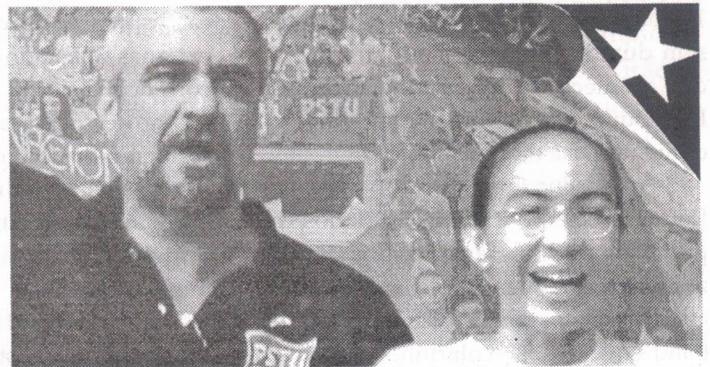
**Israel destrói o Líbano
sob incentivo do
imperialismo ianque**

**As massas vão às ruas
para repudiar o
massacre no Oriente
Médio**

**Para acabar com toda
opressão nacional,
é preciso a revolução
proletária**

Manifestos do POR pelo Voto Nulo Programático: Paraná e Rio Grande do Norte

**O programa da
Frente de Esquerda
é uma reedição
do reformismo petista.
O PSTU se submete a ele.**



**Bolívia: as massas procuram outro
caminho que não o da Constituinte**

Os exploradores arrastam as massas para a disputa eleitoral, com a ajuda das direções burocráticas

Predomina na situação política a disputa eleitoral. Lula continua liderando as pesquisas eleitorais e a candidatura de Alckmin deu um salto nesse último mês. O PSDB/PFL buscam o apoio de alguns caciques do PMDB, entre eles o de Itamar Franco. Lula, por sua vez, continua com o apoio de boa parte das frações burguesas e conta com o apoio das organizações de massa – CUT, UNE e MST (embora este tenha de fachada declarado a liberação do voto). Alckmin faz de tudo para alcançar o segundo turno, mas não conseguiu debelar as tendências divisionistas no interior da aliança com o PFL. As correntes de esquerda se embocaram em torno da candidatura de Heloisa Helena (PSOL), que manifestou um crescimento nas intenções de voto. O PSTU, que renunciou as candidaturas próprias, que fazia críticas ao programa do PSOL, renunciou as divergências e se colocou por fortalecer o eleitoralismo reformista de Heloisa Helena.

As massas estão sendo arrastadas

por essa disputa interburguesa. As correntes de esquerda querem recriar o reformismo petista por meio do PSOL. Não usam as eleições para impulsionar as lutas e como meio de destruir as ilusões democráticas.

A pouca inserção do partido revolucionário é o principal obstáculo para a independência de classe dos trabalhadores. A defesa do voto nulo programático está vinculada à defesa das reivindicações das massas e denúncia da burocracia sindical, tanto de esquerda quanto de direita, que está cumprindo o mesmo papel na disputa interburguesa.

A burocracia sindical não move uma palha em favor da organização dos explorados. A burguesia e os credores imperialistas insistem em novas reformas neoliberais. Anuncia medidas de elevação da idade para as aposentadorias e igualdade de condições entre homens e mulheres, portanto outro passo da reforma da previdência. Exige cortes de direitos trabalhistas. Tanto Lula, quanto

Alckmin se mostram favoráveis às exigências do grande capital.

O sindicalismo pró-capitalista colabora para que as massas não sejam colocadas em movimento contra os ataques atuais e os que estão por vir. O plano de demissões anunciado pelas montadoras não enfrenta resistência das direções sindicais. O acordo fechado em Taubaté, pela Articulação, que prevê demissões, facilitou a ofensiva da multinacional da Volks no ABC. O acordo da GM feito pela Conlutas (PSTU), que demite 700 operários, foi fundamental para que a burocracia cutista pudesse ir mais a fundo nos acordos de demissão.

Fica evidente que todos estão a serviço do eleitoralismo burguês. Desmascara o radicalismo de palavras da Conlutas em seu congresso de criação. O fato é que todos estão arrastando os trabalhadores ou para apoiar Lula (CUT), ou Heloisa Helena (Conlutas/conlute) ou Alckmin (Força Sindical).

Frente a essa situação o POR se coloca pelo voto nulo programático.

Corrupção: Só destruindo o Estado burguês

A corrupção se manifesta em todas as esferas do Estado e unidades da Nação. Entrelaça os partidos que os controlam, sem exceção. O Parlamento evidencia-se como antro de ladrões. O Executivo é ocupado por chefes de quadrilha ou por agentes coniventes. O Judiciário reflete a podridão geral da estrutura estatal.

As revelações da monstruosa operação sanguessuga, envolvendo mais de 100 parlamentares, de todos os partidos, sem dúvida, é apenas uma amostra do que acontece na mal chamada Casa do Povo, que deve ser chamada apropriadamente Casa da Burguesia.

A quadrilha que controla o estado de Rondônia envolve quase 100% dos deputados estaduais, acobertados por juizes, procuradores, policiais etc. Foi aberto um dos porões de cobertura da bandidagem dos “colarinhos brancos”, neste caso, mal planejado e construído. Os facinoras traficavam com o dinheiro público quase à luz do dia. Mas nos estados mais poderosos os subterrâneos são caixas fortes blindadas e muito bem

guardadas.

O maior e mais espetacular roubo que se pôde conhecer foi o do Banestado (envolvem movimentação de 30 bilhões de dólares) – a CPI serviu para lacrar o buraco que se abriu nos porões do crime burguês, do mais poderoso estado do País, com vasos comunicantes por toda parte.

A corrupção é exposta quando atinge interesses de grupos econômicos, implica disputa entre quadrilhas internas e externas ao Estado e quando serve à concorrência eleitoral. A população assiste aos processos, cassações e prisões como resultado da ação da parte boa da maçã contra a parte podre. As demonstrações servem para obscurecer as raízes da podridão e enganar as massas pobres e famintas.

Uma radiografia geral do Estado e dos partidos mostraria uma estrutura penetrada de incalculável número de porões, subterrâneos, aparelhos, bastidores, que abrigam as quadrilhas responsáveis pelo funcionamento do Estado e que o atam por incalculáveis

fios ao poder das indústrias, bancos, comércio e agricultura. As raízes do apodrecimento do Estado e dos partidos se encontram na classe capitalista. Trata-se de uma classe totalmente parasitária, que sustenta pela força de sua ditadura de classe o capitalismo decadente, tomado como sistema mundial.

A decomposição da burguesia e de seu Estado mostra a necessidade da classe operária, juntamente com a maioria explorada, de destruir a propriedade privada dos meios de produção e transformá-la em propriedade coletiva, socialista. A política voltada a moralizar o Estado é falsa, enganadora e reacionária. Termina por sustentar a grande propriedade capitalista e a exploração das massas. A tarefa que se coloca é a de destruição do Estado burguês, por meio da revolução social, dirigida pelo proletariado.

A resposta imediata contra as quadrilhas estatais é a convocação de um Tribunal Popular revolucionário, constituído pelas massas em luta.

Somente a ação direta das massas poderá derrubar a ALTA PROGRAMADA

O governo Lula / PT está implantando, desde agosto de 2005, o programa COPEs – Cobertura Previdenciária Estimada, mais conhecido como ALTA PROGRAMADA. Através deste programa, o INSS define previamente o retorno de trabalhadores com problemas de saúde ao trabalho, sem passarem por nova consulta médica e mesmo sem terem conseguido sua recuperação. Com este mecanismo o governo suspende os benefícios dos licenciados e realiza seu objetivo de diminuir os recursos do INSS. Há casos de suspensão do pagamento de trabalhadores que se encontravam hospitalizados.

Diante disso, algumas entidades sindicais iniciaram um processo de mobilização, tais como: Comissão Intersindical do Trabalhador do Vale do Paraíba; SINSPREV/SP (Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência Social de São Paulo); Sindicato dos Químicos de São José e Região; Sindicato dos Metalúrgicos de São José e Região; Sindicato das Cozinhas de São José e Região, dentre outros. O problema é que as direções destes sindicatos priorizaram as ações na justiça em todo o país, principalmente depois que, em 06 de junho, em São José dos Campos, o Sindicato dos

Químicos conseguiu uma liminar, com abrangência nacional, derrubando a Alta Programada. Esta liminar obrigava o INSS a realizar nova perícia médica antes de conceder alta e cancelar o benefício do trabalhador.

O governo obviamente recorreu da liminar (decisão provisória), alegando que as mudanças no programa gerariam um prejuízo de R\$ 8 milhões. Enquanto a Justiça decidia, as várias agências do INSS do país descumpriam a determinação de suspender a Alta Programada, independente da multa estabelecida. Em meados de julho, o INSS conseguiu a cassação da liminar concedida aos Químicos de São José. A Justiça burguesa aceitou a desculpa do governo de que a Alta Programada visava a “diminuir as filas” e “agilizar o atendimento” aos trabalhadores nas agências. Foram excluídas apenas as doenças crônicas, como Lesão por Esforço Repetitivo (LER) e depressão.

Diante disso, a direção do Sindicato dos Químicos de São José declarou que iria recorrer da decisão no Superior Tribunal de Justiça. E os demais sindicatos envolvidos começaram a orientar essa ação, além da “organização dos trabalhadores em suas reivindicações”. Como se vê, essas direções não aprenderam

muito com a lição que a Justiça burguesa lhes deu, continuam reforçando a ilusão dos explorados no caminho de solução dos problemas pela via das instituições da democracia burguesa, numa postura tipicamente reformista. Parte desses participam do eleitoralismo burguês e da defesa de um programa que não é revolucionário. Trata-se da frente de “esquerda” do PSTU, PSOL e PCB.

Desde o início do movimento, o POR alertou que, para vencer essa política do governo de corte de recursos e pôr abaixo a Alta Programada, era necessário o proletariado e demais explorados lutarem também contra as direções burocráticas e reformistas de seus sindicatos, tanto da CUT governista como da Força Sindical direitista e da Conlutas aparelhista e reformista. A luta pela defesa deste direito elementar de ter licença saúde pode levar os trabalhadores a tomarem consciência da degeneração dessas direções e do caráter burguês e pró-imperialista do governo Lula / PT. Para tanto, é necessário recorrer ao método da ação direta (grandes manifestações de rua, bloqueios, greves etc.).

DEVEMOS TOMAR AS RUAS PARA IMPOR A DERROTA DA ALTA PROGRAMADA!

REAJUSTE DOS APOSENTADOS QUE GANHAM ACIMA DO MÍNIMO Continua a farsa da oposição burguesa e do governo

No último jornal Massas, tratamos da questão do reajuste dos benefícios dos aposentados e pensionistas que ganham acima de um salário mínimo. Mostramos que a maioria recebe, no máximo, dois mínimos, isto é, R\$ 700,00. Apontamos que o governo Lula / PT e as direções sindicais burocráticas, sobretudo da CUT governista e da Força Sindical direitista, fecharam um acordo vergonhoso que estabeleceu a miséria de 5% de reajuste, além de outras migalhas como o adiantamento do 13º salário.

Descrevemos ainda a farsa da oposição parlamentar burguesa (PSDB / PFL, principalmente) de defender um reajuste maior, de 16,67%. Tanto que prepararam emendas à MP do governo separando o reajuste de 5% do reajuste de 11,67% que

“quer dar” aos aposentados e pensionistas, pois seria possível aprovar o primeiro rejeitando o segundo. Alertamos também da farsa do governo ao alardear que toda a negociação de aumento aos aposentados está comprometida pela ação “irresponsável” do Congresso Nacional. Quando, na verdade, ele quer evitar o desgaste de um veto que os parlamentares da oposição querem lhe impor com a aprovação de 16% de reajuste.

Nas últimas semanas, continuou o impasse para a votação da Medida Provisória 291, que garantiria o aumento de 5%. De um lado, o parlamento burguês quase não funcionou porque os deputados e senadores estão envolvidos com o eleitoralismo. De outro, a base do governo, particularmente os petistas, manteve

a posição de não comparecer nas votações, para inviabilizar a aprovação da emenda e conseqüentemente evitar um novo veto de Lula (o governo já vetou o aumento de 16,67% aprovado em outra MP, através de emendas).

Ainda assim, o governo do PT diante da possibilidade, ainda que remota, de votação, retomou o discurso da “responsabilidade fiscal”. Dilma Roussef, ministra da Casa Civil, em 31/07, declarou que: “a oposição deve ser chamada à questão da responsabilidade pública. Você não pode dar um aumento que não está no Orçamento. Não pode dar um aumento que o país não suporta. Nós temos responsabilidade com o país, nós temos responsabilidade com os aposentados. E estas duas responsabilidades nos fizeram propor 5%

e é isso que vamos buscar amanhã" (Diário de São Paulo, 01/08/06).

No dia 01/08, não houve a votação. No dia 02/08, o PT avançou em sua proposta de recusa dos 16% de aumento ao decidir deixar a MP 291 perder o prazo, que vence dia 10/08 e editar uma nova MP com o reajuste de 5%. Na impossibilidade legal de lançar uma MP com o mesmo conteúdo, pensa em propor um aumento de 5,1%. Esta saída foi confirmada no dia seguinte pelo ministro da

Previdência.

A opção do governo por uma nova MP revela seu caráter reacionário: busca conter os gastos para os trabalhadores aposentados, quando solta rios de dinheiro para os capitalistas. O governo petista demonstra que assimilou o método de atuação no Estado burguês. A nova MP tem prazo de validade de 60 dias, assim, se surgirem emendas propondo mais uma vez o reajuste de 16,67%, o governo só precisará vetá-lo

após as eleições. Até lá, outro desgaste com um possível veto está totalmente eliminado pelas manobras petistas no interior do Estado.

Diante destas manobras vergonhosas de todos os partidos burgueses, o proletariado e demais trabalhadores explorados devem responder com a defesa do SALÁRIO MÍNIMO VITAL para todos os aposentados e pensionistas. Nem 5%, nem 16,67%, mas salário mínimo vital, no valor de R\$ 2.500,00 para todos.

Rio Grande do Norte

Manifesto do P.O.R.

Eleições de 2006: voto nulo programático para manter a independência de classe

Mais uma vez, os trabalhadores são convocados a votar nas alternativas permitidas pela legislação eleitoral burguesa. No momento em que o governo federal(Lula/PT) continua a política neoliberal de reformas (previdência, universitária, sindical e trabalhista), desiludindo parte dos trabalhadores no reformismo, e a CUT não permitindo a resistência contra os ataques aos direitos dos explorados, uma candidatura revolucionária poderia cumprir um papel importante na conscientização de classe.

A candidatura de Garibaldi Alves (PMDB), aliada do PFL dos Maia, é a candidatura das oligarquias burguesas que há muito tempo domina o Estado. Sustenta-se na estrutura das prefeituras que dominam, no poder econômico que possuem e no controle que têm dos meios de comunicação. Seu objetivo é reconquistar o controle da máquina do Estado.

A candidatura Vilma de Farias (PSB), apesar de possuir apoio entre as famílias Alves e Maia, não é a alternativa preferida das oligarquias. É responsável pelo sucateamento da educação pública e saúde, arrocho salarial e a fome que se alastra pelo Estado. Não é uma alternativa para os trabalhadores. A sua candidatura aglutina a adesão de parte da burguesia que quer mudar a "roupagem" política, mantendo o poder. São as mesmas oligarquias maquiadas de esquerda. A isso lhe emprestam apoio o PCdoB e PT. Sua candidatura sustenta-se no poder da máquina estadual que

controla e da federal do PT. Evidentemente que conta com o desgaste político das velhas oligarquias e da inexistência de uma alternativa independente para os trabalhadores. Mas a vitória de Vilma(PSB) é a vitória de uma fração das oligarquias.

O PSOL é a reedição do reformismo petista. Partido formado pelos descontentes com o PT, querem regenerá-lo através de um novo partido. É o velho reformismo petista em embalagem nova. Entretanto, piorado: enquanto que o PT nasceu da resistência a ditadura militar, enraizando-se na luta dos trabalhadores, o PSOL nasce deslocado e, em muitos casos, estranho aos que participam das lutas. Acredita na possibilidade de favorecer os trabalhadores no governo ou no parlamento através de uma vitória eleitoral, sem ruptura com o capitalismo, por isso nenhuma palavra sobre revolução. Assim ilude os trabalhadores e organiza-se enquanto partido eleitoral. É aliado do PSTU e PCB. O PSTU merece uma atenção especial por ainda usar em palavras as idéias de revolução.

A aliança do PSTU com o PSOL no RN seguiu a sua política nacional. A mesma tática que o PSTU utilizou com o PT, utilizou com o PSOL. Correu atrás do PSOL pressionado pela cláusula de barreira, temendo perder seu registro no sistema burguês eleitoral. Fez exigências programáticas ao PSOL que não atendeu nenhuma e mesmo assim o PSTU concluiu a aliança. A aliança se deu pela tro-

ca de apoio do PSOL a algumas candidaturas do PSTU em outros estados. Agora o PSTU edita panfletos com propostas políticas que o PSOL não pode realizar e que, nem sequer se propõe a isso. O PSTU, na verdade, quer esconder que fez uma aliança submetida ao reformismo do PSOL.

As demais candidaturas tratam-se de um bando de arrivistas oportunistas, querendo melhor se posicionar para vender seu apoio a quem vencer. Trata-se de trabalhadores vendidos à burguesia, que querem "mudar de vida" fazendo a política burguesa do toma-lá-dá-cá.

As eleições no capitalismo são determinadas pelo poder econômico, por isso, é o campo da burguesia. O POR sente-se obrigado a se posicionar devido a grande ilusão que os trabalhadores têm nas eleições burguesas. A participação dos revolucionários nestas eleições tem como objetivo conscientizar os trabalhadores de sua condição de classe, manter sua independência organizativa e reafirmar suas propostas de luta. Na impossibilidade de candidaturas revolucionárias devido a proibição da legislação eleitoral burguesa, a alternativa que nos resta é afirmar as propostas de destruição do capitalismo defendendo emprego a todos, salário mínimo real, fim do pagamento da dívida externa e interna, reforma agrária com confisco do latifúndio, moradia, saúde e educação gratuita para todos, posicionando-se pelo VOTO NULO PROGRAMÁTICO.

Paraná

Para defender a vida das massas, vote nulo!

Pelo acesso a escola pública e gratuita para todos, vote nulo!

As eleições deste ano serão marcadas pelo fracasso do reformismo (PT). Em todas as últimas eleições desde que surgiu o PT o reformismo se justificava pelas reformas que supostamente faria. Ludibriaram as massas com promessas impossíveis de cumprir, pois, no estágio de apodrecimento em que se encontra o capitalismo não é mais possível qualquer reforma – no sentido de ampliação de direitos. Pelo contrário, uma vez no poder, o reformismo petista foi impotente para cumprir suas promessas demagógicas e passou a atacar os direitos conquistados pelos trabalhadores e colocando-se abertamente na defesa dos bancos e do grande capital internacional.

No regime capitalista as eleições são a forma como se constitui o Estado Burguês. Este Estado não é outra coisa que o Comitê Central da Burguesia dominante (Marx). Seja que partido for que estiver no comando do Estado, tem a tarefa central de preservar a grande propriedade privada capitalista – o que inclui os latifúndios e bancos.

Esta é a razão pela qual não se pode esperar que o Estado burguês resolva os problemas das massas, pois a solução para o problema da terra aos camponeses pobres e sem terra, a ocupação para os milhões de desempregados e o acesso à escola gratuita para todos os jovens e crianças esbarra na propriedade privada capitalista. A verdadeira solução destes problemas implica a abolição da propriedade privada, o que evidentemente não poderá ser conseguida por métodos democrá-

ticos, mas pela via revolucionária.

Há algumas situações excepcionais em que o movimento revolucionário das massas pode se expressar no meio das disputas eleitorais, mas esta possibilidade está condicionada a existência de amplas liberdades políticas (o que no capitalismo é excepcional) e à utilização das eleições como MEIO para denunciar o Estado burguês, as próprias eleições e fazer a defesa do método revolucionário desde a tribuna eleitoral.

As eleições deste ano não apresentam essas condições. A legislação eleitoral é restritiva e antidemocrática e nenhum dos partidos defende um programa revolucionário. Ao contrário, fazem apologia do Estado burguês, limitando-se a criticar a corrupção dos outros partidos e a fazer promessas e mais promessas.

Os vários votos nulos

Em face da crise do regime burguês (divisão dos principais partidos burgueses, corrupção generalizada em todo o aparato do Estado, dependência cada vez maior do apoio imperialista para manter uma mínima estabilidade, etc.) aumenta a tendência ao voto nulo. Entretanto, parte desse voto nulo é motivada pela ilusão de que é possível dessa forma “castigar” os políticos corruptos e forçá-los a se tornarem honestos. Outros defendem o voto nulo anarquista, ou seja, o voto nulo despolitizado, que não se preocupa em organizar as massas oprimidas

para erradicar o capitalismo. Há ainda o voto nulo da direita golpista que prega o voto nulo contra a democracia e para criar um clima favorável a um golpe militar.

A Corrente Proletária na Educação (POR) defende o voto nulo programático como uma forma de combater as ilusões democráticas, como meio para organizar as massas pelas suas reivindicações fundamentais e para preparar a destruição do Estado burguês. A opressão sobre a juventude e os trabalhadores não se interrompe durante as eleições, e o voto nulo programático é uma forma de se contrapor ao anestesiamento da demagogia eleitoral.

Chamamos a constituição de comitês pelo voto nulo programático em torno à denúncia do engodo eleitoral e por:

Salário mínimo vital calculado pelas assembleias de trabalhadores

Divisão das horas de trabalho disponíveis entre todos os trabalhadores empregados e desempregados sem redução de salário (escala móvel de horas de trabalho).

Expropriação de todo latifúndio (sem indenização) e entrega aos camponeses pobres.

Escola pública e gratuita para todos os jovens e crianças. Estatização de todo o sistema escolar.

Governo operário e camponês – ditadura do proletariado.

Participe das reuniões do comitê pelo Voto Nulo Programático

Corrente Proletária na Educação - POR.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Citar Lenin contra Lenin

Para justificar sua integração à frente de esquerda encabeçada pelo PSol, o PSTU recorre a formulações de Lenin acerca da intervenção nas eleições. Mas quando o faz, toma emprestado apenas alguns trechos isolados do texto, de forma a usá-lo em seu favor. No entanto, quando se comparam os extratos com o original, pode-se ver porque se excluem alguns trechos fundamentais: eles condenam exatamente a conduta do PSTU diante da política da frente de esquerda e sua intervenção nas eleições.

O que disse o PSTU em seu jornal:

“O método fundamental da luta contra a burguesia, isto é, contra o seu poder governamental, é, antes de tudo, o da ação das massas. Nessa luta de massas (...), o partido dirigente deve, em regra geral, fortificar todas as suas posições legais, fazendo delas pontos de apoio secundário de sua ação revolucionária, e subordinando-as ao plano da campanha principal, ou seja, à luta das massas. (...) A tribuna do parlamento burguês é um desses pontos de apoio secundários (...) A campanha eleitoral em si mesma deve ser conduzida, não no sentido da obtenção do máximo de mandatos parlamentares, mas no sentido da mobilização das massas”.

O PSTU usa estas citações para justificar sua intervenção nas eleições. Elas apontam: a) a intervenção eleitoral, um dos pontos de intervenção legal, é secundária em relação à luta de massas; b) O objetivo da campanha não é obter o máximo de mandatos, e sim mobilizar as massas. Estes aspectos são parte da política revolucionária para as eleições. Mas, assim isolados, não exprimem sua essência. Além disso, é importante verificarmos o fundamento colocado por Lenin e, dentre os aspectos citados, o que o PSTU ocultou.

No que o PSTU e sua frente contrariam Lenin

No texto de Lenin “O Partido Comunista e o Parlamentarismo”, a questão é colocada assim:

“1º) O parlamentarismo de governo é a forma “democrática” da dominação da burguesia, à qual é necessária, em dado momento de seu desenvolvimento, uma ficção de representação popular, exprimindo na aparência a “vontade do povo” e não a das classes, mas constituindo, na realidade, nas mãos do Capital reinante, um instrumento de coerção e de opressão;

2º) O parlamentarismo é uma forma determinada do Estado. Assim ele não convém de forma alguma à sociedade comunista, que não conhece nem classes, nem luta de classes nem poder governamental de qualquer espécie;

3º) O parlamentarismo não pode ser a forma do governo “proletário” no período de transição da ditadura da burguesia à ditadura do proletariado. No momento mais grave da luta de classes, quando ela se transforma em guerra civil, o proletariado deve construir, inevitavelmente, sua própria organização governamental, considerada como uma organização de combate na qual os representantes das antigas classes dominantes não serão admitidos; toda ficção de vontade popular é, no decorrer desta fase, nociva ao proletariado; este não tem necessidade da separação parlamentar dos poderes, que só poderá ser-lhe nefasta; a República dos Sovietes é a forma da ditadura do proletariado;”

Destacamos esses três pontos iniciais porque eles sintetizam o ponto de partida para formular a política de atuação nas eleições. Elas dizem: a) o Estado é instrumento da ditadura de classe da burguesia, e suas formas aparentemente democráticas são na verdade instrumento de coerção e opressão; b) As formas das instituições burguesas não servem aos explorados, somente para exercer a ditadura de classe burguesa; c) A forma dos explorados exercerem seu poder não pode ser por meio das instituições da democracia burguesa, e sim a partir das organizações próprias das massas construídas na luta de classes.

O programa da Frente de Esquerda (reivindicado sem ressalvas pelo PSTU) afirma que: “A apresentação de uma proposta de democratização radical do poder e da ação política deve ser feita combinando, sempre e sistematicamente, a denúncia da deca-

dente democracia do dinheiro e da corrupção com o contraponto da verdadeira democracia da participação dos trabalhadores e do povo que precisamos construir.

A necessidade de democratizar radicalmente o poder, alterando seu conteúdo de classe, deverá ser repetida exaustivamente como condição preliminar para a aplicação de um programa de emergência, capaz de tirar o país da crise e resolver os problemas da maioria do povo. Queremos que os eleitores possam revogar o mandato dos que forem eleitos e não cumprirem suas promessas. Defendemos a prisão e o confisco de bens dos corruptos e corruptores. Queremos a alteração radical da representação popular e de seus mandatos, através do financiamento público exclusivo de campanha, da democratização dos horários para a propaganda eleitoral nos meios de comunicação, da revogabilidade dos mandatos, e do fim da cláusula de barreira que dificulta a representação dos partidos ou candidatos sem poder econômico.” (grifo nosso).

Está claro que a Frente de Esquerda, reeditando o reformismo petista anterior a 2002, entende que é possível transformar o conteúdo de classe do poder pelo voto. Não se refere à destruição do Estado e da democracia burguesa. O objetivo estratégico da Frente se limita a democratizar o Estado. Essa concepção, longe de combater as ilusões democráticas que arrastam as massas para a disputa eleitoral burguesa, as reforçam. Trata-se do oposto da tática revolucionária leninista de atuação nas eleições.

O que disse Lenin e o PSTU escondeu

Começamos pelo essencial, mas mesmo os aspectos levantados pelo PSTU estão lado a lado com outras formulações que o condenam, ao ocultá-los. Nos trechos abaixo, as formulações em negrito e itálico foram deixadas de lado pelo PSTU:

“9º) O método fundamental da luta do proletariado contra a burguesia, isto é, contra seu poder governamental, é antes de tudo o das ações de massa. *Essas últimas são organizadas e dirigidas pelas organizações de massa do proletariado (sindicatos, partidos, soviets), sob*

a condução geral do Partido Comunista, solidamente unido, disciplinado e centralizado. A guerra civil é uma guerra. Nesta guerra, o proletariado deve ter bons quadros políticos e um bom estado-maior político dirigindo todas as operações em todos os domínios da ação;

10º) A luta das massas constitui um sistema de ações em via de desenvolvimento, que se avivam por sua própria forma e conduzem logicamente à insurreição contra o Estado capitalista. Nessa luta de massa, chamada a se transformar em guerra civil, o partido dirigente do proletariado deve, em regra geral, fortificar todas as suas posições legais, fazendo delas pontos de apoio secundários de sua ação revolucionária e subordinando-os ao plano da campanha principal, ou seja, a luta das massas;

11º) A tribuna do Parlamento burguês é um desses pontos de apoio secundários. Não se pode invocar contra a ação parla-

mentar a qualidade burguesa da instituição mesma. O Partido Comunista entra nele não para desenvolver uma ação Orgânica, mas para solapar do interior a máquina governamental e o Parlamento (exemplos: a ação de Liebknecht na Alemanha, a dos bolcheviques na Duma do czar, a Conferência democrática e a ação no "Pré-parlamento" de Kerenski, na Assembléia Constituinte, nas municipalidades; enfim, a ação dos comunistas búlgaros);

14º) A campanha eleitoral em si mesma deve ser conduzida não no sentido da obtenção do máximo de mandatos parlamentares, mas no sentido da mobilização das massas a partir das palavras de ordem da revolução proletária."

O PSTU oculta que as ações de massa de que trata o texto são aquelas organizadas e dirigidas pelas organizações de massa do proletariado, sob a direção do partido revolucionário. Que essa luta de massa é chamada a se transformar em

guerra civil (não em ações de um governo eleito), em insurreição. Que o Partido revolucionário atua nas instituições burguesas para destruí-las, não para discipliná-las ou democratizá-las. E, fundamentalmente, que a campanha eleitoral revolucionária se coloca no sentido da mobilização das massas "a partir das palavras de ordem da revolução proletária", e não outras quaisquer. Ou seja, a defesa do programa da revolução proletária é condição elementar da intervenção revolucionária nas eleições. Se o partido tem de ocultá-lo para atuar, então estará agindo contra esse programa. O PSTU não tem nem nunca teve a revolução proletária como programa. Sua estratégia é a do governo dos trabalhadores. A defesa da democratização do Estado burguês na campanha da frente de esquerda só deixa às claras a identificação da estratégia do governo dos trabalhadores com o reformismo que o PSol tenta relançar.

PSTU: onde fica a posição programática?

O jornal Folha de São Paulo, do dia 23/07/06, traz uma entrevista com o candidato a vice da chapa de Heloisa Helena, Cesar Benjamin. Ele se apresenta como o coordenador do programa de governo da candidata à presidência. O PSTU reclamou muito dessa entrevista, tanto pelo fato do candidato se colocar acima do comitê integrado pelos três partidos que compõem a frente quanto pelo conteúdo de suas declarações.

Benjamin afirmou que a frente de esquerda defende: a) auditoria da dívida sem a sua suspensão; b) dobrar o salário mínimo em 8 a 10 anos, e não imediatamente, como queria o PSTU; c) não reestatizar a Vale do Rio Doce: "defendo que a economia brasileira precisa reconstituir um núcleo endógeno de desenvolvimento, centrado em conglomerados estratégicos de base nacional. Não tenho nada contra a criação de novas estatais, onde elas forem necessárias, como em biotecnologias ou em energias renováveis. E adoraria reestatizar a Vale, mas não posso prometer o que não posso entregar."

Em oposição ao vice de Heloisa Helena, o PSTU defende a mesma auditoria,



mas com a suspensão do pagamento. O que significa fazer auditoria? É investigar a origem dos débitos, a fim de ver o que se deve ou não pagar. Por que o PSTU não se posicionou quando Heloisa Helena afirmou no programa Roda Viva sua crítica à forma de pagamento realizada por Lula, que certamente implica a defesa de outra forma... de pagá-la!! Na essência, não há separação entre a defesa da auditoria com suspensão ou não: auditoria significa pagamento parcial, daquilo que for considerado "justo". Não é à toa que quem encabeça essa campanha (do Jubileu) é um setor da Igreja Católica. O PSTU renunciou a luta pelo não pagamento já faz tempo, ao se submeter à campanha pela auditoria. Cesar Benjamin só foi mais é consequente que o PSTU.

Quanto ao salário mínimo, trata-se de demagogia a divergência sobre o governo eleito dobrar a miséria agora ou daqui a alguns anos. Em ambos os casos, há a renúncia ao salário mínimo vital, portanto a recusa à defesa da sobrevivência da família trabalhadora. Pior que isso, coloca essa questão como uma meta de governo a ser apoiado nas eleições, e não como bandeira de luta de classes, a ser imposta à burguesia e seu governo pela mobilização.

Em relação às privatizações, as divergências são restritas a aspectos. A essência da questão é que a candidatura de Heloisa Helena defende um programa de desenvolvimento capitalista, que deve ser impulsionado pelo Estado burguês e seu governo. Esse programa inclui a necessidade de manter ramos da economia sob controle estatal. E as privatizações dos governos anteriores são condenadas pelo fato de terem sido feitas sob um mar de corrupção, não pela entrega em si. O PSTU se submeteu a esse programa. Sua reclamação em relação à Vale do Rio Doce é uma resposta inconseqüente que só serve para envernar a frente, a candidatura e o programa ao qual aderiu.

Conhecer para transformar

Publicamos o artigo da Regional do POR do Rio grande do Norte sobre a história da luta republicana nesse estado

O Rio Grande do Norte na Revolução de 1817

A Revolução de 1817 no Brasil teve seu centro em Pernambuco e foi de 06 de março até 20 de maio. A Revolução de 1817 defendia as idéias liberais. O centro ideológico irradiador do movimento foram o Seminário de Olinda e o Convento de Madre de Deus porque eram influenciados pelas idéias européias da Universidade de Coimbra, Portugal. Isso determinou um papel de proeminência aos padres.

O Brasil teve uma particularidade das idéias liberais. Apesar de inspiradas na Revolução Francesa, devido à influência dos portugueses, as idéias liberais no Brasil se conciliavam com a manutenção da monarquia e a defesa do catolicismo.

Enquanto que nas demais regiões participantes da Revolução de 1817 os padres tiveram papel proeminente, no Rio Grande do Norte vai ser a maçonaria que cumprirá o papel de propaganda e direção do movimento liberal. Principalmente as Lojas Maçônicas de São Jose de Mipibu e Goianinha.

As idéias liberais, naquele contexto, eram idéias avançadas e, como na Europa, foi a burguesia que encabeçou os movimentos anticlericais, republicanos e de direitos civis.

Mas no Rio Grande vai ocorrer a demonstração da impossibilidade da burguesia brasileira de encabeçar um movimento republicano independente das metrópoles que dominavam o País.

No Rio Grande do Norte, a maçonaria tinha adeptos de grande influência. O governador da província era maçom. Após a revolução em Pernambuco, foi enviado o padre Damasceno, vigário de São José de Mipibu, para conseguir adesão dos nortes rio-grandenses. Foi assim que André de Albuquerque Maranhão, senhor de Cunhaú – um dos engenhos mais poderosos da região –, vai aderir ao movimento. A família Albuquerque Maranhão vai participar em peso do movimento.

Através de um provável acordo com o governador, André de Albuquerque entra triunfante com suas tropas na cidade de Natal. A população como um todo, assistiu a tudo com espanto e frieza. O que demonstra o distanciamento das lideranças do movimento com o povo. Não houve resistência militar.

Entretanto, o acontecido no Rio Grande do Norte vai demonstrar a lei geral da situação da burguesia brasileira. A clas-

se dominante potiguar demonstrou-se servil, fraca politicamente e brutal.

Hesitou na realização das tarefas necessárias para erguer a República. Diante da contra-revolução organizada pela monarquia, os mesmos que apoiavam o movimento no Rio Grande traíram seus companheiros, assassinando André de Albuquerque. Os traidores viram no movimento a possibilidade de ganhar prestígio diante da coroa, servindo-a na luta contra a Revolução de 1817.

O problema da classe dominante potiguar era que era presa aos engenhos, dependente do poder e comércio externo, portanto, não tinha força para resistir à monarquia. Uma resistência desse tipo dependia da adesão popular e de uma luta decidida contra a monarquia. Os senhores de engenho não estavam dispostos a perder a tranqüilidade da casa grande para entrar em uma guerra que não sabiam, de antemão qual seria o resultado. Além disso, a adesão popular significava a realização de medidas de interesse da população. Os senhores de engenho, enormemente conservadores, não admitiam as mudanças. A luta no Rio Grande do Norte na Revolução de 1817 foi uma tentativa dos senhores de engenho de se engajar no movimento transformador, controlando o poder político, para manter tudo do jeito que estava. Ou seja, para evitar as mudanças. Quando a classe dominante percebeu a dificuldade do movimento e a possibilidade de manter seu poder, mantendo a monarquia, traiu seus próprios membros de classe. Essa é a característica marcante da burguesia brasileira e, em particular, potiguar.

A classe dominante potiguar sangrou até a morte André de Albuquerque. A burguesia, posteriormente, tenta transformá-lo em mártir da luta republicana. No entanto, André de Albuquerque é um aderente de última hora ao movimento. Se tem algum lutador que merecia lembrança nesse movimento burguês, seria o Padre Miguelinho. Potiguar, participante ativo e consciente, padre Miguelinho foi assassinado pela monarquia devido a sua luta convicta. Mas a burguesia não gosta de lembrar do padre devido a sua origem humilde e sua determinação de luta. Para a burguesia, um senhor de engenho aderente de última hora cumpre melhor o seu papel de classe.

29 de Julho de 2006**Faleceu JUAN YAÑEZ**

Operário da construção civil, grande lutador da classe operária, revolucionário internacionalista, perseguido pela Ditadura de Pinochet e pelas democracias burguesas na Argentina, inimigo irreconciliável da burocracia sindical, construtor do partido revolucionário da classe operária, exemplo militante. A classe perde um de seus melhores homens.

Foi feita uma homenagem e despedida de seus restos no Sindicato de Ceramistas. Lá, se reproduziram gravações com suas falas em manifestações, atos e assembléias, que representaram a trajetória revolucionária de sua vida.



Prova Brasil: mais um ataque do governo PT/Lula à educação ditado pelo imperialismo

Foi medindo os conhecimentos de Língua Portuguesa e Matemática de 3,3 milhões de alunos de todo o país de 4 e 8 séries, que o Prova Brasil divulgou no último mês o desastroso quadro da educação pública brasileira. Os níveis atingidos pelos alunos de 8 série eram esperados aos alunos da 4 série do Ensino Fundamental.

Implementado e aplicado em 2005, o Prova Brasil ou ANRESC (Avaliação Nacional do Rendimento Escolar) só vem exercer a função de mais um instrumento governamental para justificar o caráter privatista (antidemocrático e pró-imperialista) de todas as reformas aplicadas sob o aval do Banco Mundial. Os argumentos oficiais tentam justificar a necessidade de um ensino cada vez mais mercantilizado, associando educação de qualidade à preparação para o competitivo (para os ricos) e flexível (para os pobres)

mercado de trabalho.

Apesar de medir o rebaixamento do nível cultural da educação, que é inerente ao capitalismo (modo de produção que dissocia o ensino da produção social), o governo utiliza os dados dessa "avaliação" para atribuir a baixa qualidade à uma suposta impossibilidade do Estado em manter a educação, velando a essência de sua intenção enquanto representante da classe burguesa, que é a destruição do ensino público e sua liberação gradativa da obrigação de financiá-lo.

Uma especificidade do Prova Brasil, é apresentar os dados por unidade escolar, o que possibilita ao governo atingir com mais facilidade seu mais ofensivo objetivo, este apresentado no item d) do 2 parágrafo da Portaria que o institui: "*oportunizar informações sistemáticas sobre as unidades escolares. Tais informações serão úteis para a escolha dos*

gestores da rede a qual pertencam". Ou seja, os direitos dos trabalhadores da educação e a autonomia que ainda restam nas escolas são atacados de frente. Os diretores/gestores que não garantirem a "qualidade" pela punição dos professores faltosos, debilitados, etc. estão ameaçados.

A ingerência política do Estado: coercitiva e punitiva, tende a se acirrar e se desvelar às massas a cada dia. Cabe aos sindicatos dar um basta à sua política burocrática de remendar as reformas governamentais e rechaçá-las de conjunto, esse é o posicionamento dos que defendem a escola pública e lutam para o fim da destruição dos empregos e dos direitos trabalhistas. A bandeira da estatização de todo o sistema educacional a partir da expropriação da rede privada, e o controle desse sistema por quem estuda e trabalha nela deve ser encampada já!

Greve nas estaduais paulistas: os funcionários lutaram e tiveram conquistas. Já os estudantes...

Durante o mês de junho, duas campanhas foram encaminhadas nas universidades estaduais paulistas: a campanha salarial de professores e funcionários e a campanha por mais verbas para a educação. Os sindicatos reivindicavam 7% de reajuste salarial. A campanha por mais verbas pedia 33% das verbas para a educação como um todo no Estado de São Paulo, sendo 11% para as universidades estaduais paulistas. Este índice dependeria de aprovação pela Assembléia Legislativa na votação da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que aconteceria em junho mas foi adiada para agosto.

Qual o resultado dessas campanhas até agora?

Os reitores das universidades ofereceram 0,75% de reajuste salarial, a ser complementado com mais 1,78% em setembro ou janeiro (dependendo da arrecadação do ICMS). Os funcionários da USP foram à greve a partir de 08 de junho. Resultado: obtiveram mais 5% de reajuste em janeiro, e ainda: não punição dos grevistas, reajuste no Auxílio Alimentação (21,33%), no Vale Refeição para unidades sem restaurantes (33,33%) e no Auxílio Creche (13,49%). Está claro que sua mobilização resultou em vitória. Já os professores não foram à greve, e ficaram com os 0,75% (+ 1,78%).

Quanto à campanha por mais verbas, até agora pouco se realizou, se compararmos à mobilização do ano passado, que

não conseguiu derrubar o veto do governador Alckmin ao reajuste de 1% para toda a educação. O sindicato de professores (Adusp) ficou marcando uma assembléia depois da outra, aprovando resoluções ora de mera pressão de lobby sobre parlamentares (caravanas à Assembléia Legislativa), ora desmobilizantes, como "indicativo de greve", blefando com uma improvável mobilização no finalzinho do semestre. E muitos professores fizeram uma verdadeira campanha nas salas de aula, só que contra a greve estudantil. A política da Adusp é a de voltar os professores (e atrás deles os estudantes) para as pressões parlamentares. Ao invés de mobilizar pelas reivindicações em choque com as reitorias e governos, condicionam o atendimento das necessidades dos que estudam e trabalham às negociações no parlamento. Sua prática é a da conciliação.

O movimento estudantil respondeu dividido à necessidade de mobilização por mais verbas. A direção do DCE (ligada ao PSol) atuou a reboque da política da Adusp: na maior assembléia estudantil desde a greve do ano passado, propôs a mesma resolução de "indicativo de greve". Mas a assembléia se dividiu e a maioria aprovou a greve, a ser levada às assembleias de curso. O Jornal do Campus chegou a noticiar em sua capa a decisão dos estudantes de se juntarem aos funcionários, que já estavam em luta. Nas unidades, as assembleias de curso foram chamadas e

houve expressivo comparecimento em várias delas. Mas a votação em todas elas foi (em muitas delas por pequena margem) contra a greve. Novamente, viu-se a divisão entre os estudantes: de um lado, uma parte disposta a se mobilizar para pressionar nas ruas o governo e o parlamento pelo reajuste de verbas para a educação; de outro, pressionado pelos professores, um setor com receio de que uma greve no final do semestre só servisse para prejudicar sua vida escolar e não tivesse resultados. Essa contradição se resolveu nesse momento em favor da desmobilização. Sem a pressão da luta nas ruas, não houve decisão na Assembléia Legislativa.

O sindicato dos professores (Adusp) agiu para manter o controle sobre a campanha por mais verbas, limitando-a às caravanas de pressão ao parlamento. Viu no ano passado que a luta estudantil pode projetar o movimento para as ruas, levando para a população assalariada as reivindicações dos que estudam e trabalham, e projetando a luta a um choque contra o governo destruidor do ensino público, que chegou até mesmo a uma dura repressão policial. A direção do DCE se submeteu à política da Adusp.

Mas ainda não se resolveu a questão: em agosto, se retomam as discussões sobre a LDO e as verbas para as universidades. O movimento estudantil tem de se reorganizar para ir novamente às ruas e defender a universidade pública e gratuita!

Reunião do Colegiado Nacional da Conlute deixa claro o caráter eleitoreiro da ruptura com a UNE

Apesar de não estampar claramente “Vote em Heloisa Helena”, o primeiro ponto do “Programa para as Eleições” tirado na Reunião do Colegiado Nacional da Conlute, realizada nos dias 15 e 16 de julho, também pode ser encontrado nos panfletos da frente PSOL/PSTU/PCB: “Nem Lula, nem Alckmin!”

Desde esse ponto já podemos verificar alterações essenciais do que foi deliberado no ENE (Encontro Nacional dos Estudantes), do qual o tal “Colegiado Nacional” deveria apenas executar as decisões. Assim como no Conat (Congresso Nacional dos Trabalhadores, organizado pela Conlutas), não saiu do ENE uma resolução específica sobre as eleições. O mais próximo disso foi a bandeira “oposição de esquerda e classista ao governo Lula”. De onde se pôde tirar “nem Lula, nem Alckmin”??? Da resolução aprovada no ENE é que não!! Evidentemente trata-se da inclusão de uma bandeira pertencente à plataforma eleitoral da Frente de Esquerda (PSOL/PSTU/PCB). Inclusão feita por conta própria do colegiado, à revelia da decisão do ENE. E que corresponde precisamente à necessidade do PSTU de manobrar o apoio da Conlute à Frente de Esquerda, à qual ainda não havia aderido quando se realizou o ENE.

Das outras 19 resoluções agrupadas do “programa”, 9 são transcrições exatas de resoluções do ENE, entre elas “mais verbas para a educação pública”, “assistência estudantil para todos” e “não pagamento da dívida externa”. Mas há pelo menos mais uma alteração grave: enquanto o ENE teve uma resolução defendendo “estatização das faculdades particulares em crise sob controle da comunidade universitária e da população” – que já era limitada, já que só fala das faculdades “em crise” –, os pontos que tratam de ensino privado na resolução do Colegiado Nacional defendem apenas a “redução das mensalidades” e “contra a concepção do ensino pago tendo como perspectiva a estatização das universi-

dades particulares”. Para que fique clara a diferença entre as duas posições, transcreveremos a resolução completa do ENE: “Todo apoio às lutas pela redução das mensalidades. Estatização das faculdades particulares em crise sob controle da comunidade universitária e da população, rumo ao fim do ensino pago.” A mudança nas palavras de ordem corresponde a uma posição de aceitação do ensino pago, que passa a ser estatizável somente no caso de crise. Na prática, um socorro aos capitalistas da educação.

Além disso, se o Colegiado Nacional julgou tão importante elaborar um “programa para as eleições”, não poderia ter deixado de lado alguns pontos importantes tirados no ENE dos quais a resolução não passa nem perto: “Fora a ALCA e o FMI. Não ao Mercosul e todos os tratados de livre comércio do imperialismo”; “Reforma Agrária com expropriação e sem indenização, sob controle dos sem-terra”; “Pela retirada imediata das tropas do exército brasileiro do Haiti”; “Contra a criminalização dos movimentos sociais”. Essas resoluções foram deixadas de lado por não se encaixarem na necessidade de defesa do programa da frente de esquerda à qual o PSTU aderiu.

Pelo contrário, não só desconsideraram esses pontos como incluíram outras posições que não foram tiradas no ENE: “Pela ampliação das bolsas nas universidades particulares, através da taxação dos lucros dos empresários da educação”; “Em defesa das liberdades democráticas”; “Pela abertura dos livros caixa das universidades e escolas”; “Pela abertura de concursos Públicos e pelo fim da terceirização”.

Além de tirar este programa, a Reunião definiu que a Conlute deve “organizar debates sobre as eleições nas universidades e escolas”, o que deixa claro que se pretende utilizar a organização como instrumento de campanha eleitoral, já que os pontos defendidos no

“programa” têm tanta semelhança com os da frente encabeçada por Heloisa Helena.

Essa decisão e esse “programa” foram tudo o que se divulgou como resoluções do ponto de conjuntura nacional da reunião, que discutiu também conjuntura internacional, reforma universitária, campanha por mais verbas e outras lutas, opressões, organização e moções. Sobre estes outros pontos, a reunião tirou apenas colocações gerais ou atribuições de tarefas burocráticas, além de uma lista de moções sobre diversos assuntos, que ainda não foram divulgadas. Apenas duas resoluções parecem encaminhar no sentido de alguma mobilização: “Organizar calouradas em torno à campanha por mais verbas e a luta contra a reforma universitária, usando o jornal e o adesivo a serem produzidos pela comissão de comunicação” e “Fazer da 1ª semana de setembro uma semana nacional da campanha por mais verbas para a educação, organizando atos em todos os estados”. Resta saber se as direções das entidades se comprometerão mesmo com essas lutas em meio à campanha eleitoral.

A Corrente Proletária atuou na Conlutas e na Conlute defendendo a não ruptura com a CUT e a UNE enquanto isso foi possível. Denunciamos também há tempos os traços burocráticos e eleitoreiros da direção das coordenações, encabeçadas pelo PSTU. Não concordamos com todas as resoluções do ENE nem as tomamos como nossas, mas denunciaremos mais essa manobra da direção da entidade, que passa por cima de decisões de seu próprio encontro. Um dos argumentos para a ruptura com a UNE é o burocratismo e a tomada de decisões de forma arbitrária, por cima dos estudantes que a entidade deveria representar. Mas já se evidencia na prática que se constrói uma “nova entidade” com métodos burocráticos, tão rejeitados quando utilizados pela direção governista da UNE.

Nesta edição:

- Nota do Comitê Central do POR sobre a situação internacional
- Derrotar a bárbara agressão imperialista de Israel sobre o Líbano e a Palestina
- Fora Israel do Líbano e da Palestina
- Imperialismo yanque incentiva o genocídio
- Bolívia: As massas recorrem a caminhos diferentes da Constituinte



Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Nota do Comitê Central do POR sobre a situação internacional

A guerra desfechada por Israel ao Líbano faz parte da ofensiva dos Estados Unidos no Oriente Médio. As dificuldades dos Estados Unidos de aniquilar a resistência iraquiana e firmar seu poderio político e econômico na região fizeram com que ampliassem a ofensiva sobre Irã e impulsivassem o intervencionismo bélico no Iraque e sobre o Líbano.

Os sangrentos ataques do Estado sionista de Israel sobre a população libanesa têm provocado o ódio antiimperialista na região e em outros países. A estratégia israelense de uma guerra rápida, que destruísse as forças do Hezbollah, como meio para impor a derrota à resistência palestina, não se efetivou. Israel/Estados Unidos temem que seja uma ação militar prolongada, como a que ocorreu na década de 70, que obrigou Israel a assumir a derrota. Isso obriga a máquina de guerra israelense ser mais violenta.

Os Estados Unidos, por sua vez, exigem que o Líbano aceite as imposições da ONU, entre elas o controle do país pela "Força de Paz". Os países imperialistas europeus não se opõem à ação militar de Israel. Declaram que Israel foi além do necessário. O governo Lula critica o intervencionismo israelense com o argumento de que tem usado uma "força militar desproporcional" no Líbano. Portanto, não difere das colocações dos países imperialistas europeus.

A guerra contra o Líbano expressa: a) que é parte da ofensiva dos Estados Unidos e que conta com a concordância das potências européias. Sob o capitalismo, não é possível haver uma harmonia entre os povos; b) que não é possível a existência do Estado sionista israelense sem ser

expansionista (colonialista) e servir aos interesses do imperialismo; c) a política servil do governo brasileiro na guerra contra o Líbano; d) a luta antiimperialista se não for travada no Brasil favorece a pressão imperialista; e) a necessidade do armamento geral das massas oprimidas do Oriente Médio. O imperialismo só será destruído pela via revolucionária; f) a estratégia da classe operária é a dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Fracasso de Doha: esgota-se a via diplomática

O fracasso das negociações da "rodada de Doha" revela os impasses comerciais e o protecionismo das grandes potências. A União Européia, tendo à frente a Alemanha, não abre mão de maior abertura comercial e os Estados Unidos não eliminam os subsídios internos a seus agricultores. De outro, exigem maior abertura do mercado indiano e medidas mais ofensivas do governo chinês em torno da moeda local e das importações (valorização frente ao dólar).

O balanço da OMC (2005) indica a preponderância da Alemanha nas exportações (9,30%), seguida dos Estados Unidos (8,70%) e China (7,30%). Demonstra que o comércio mundial de mercadorias foi de 6%, inferior ao ano de 2004 (9%). Que houve uma redução das importações chinesas e uma elevação das exportações. E que houve um crescimento das exportações dos países da América do Sul e Central.

Esses dados evidenciam: a) que o co-

mércio de mercadorias depende dos Estados Unidos, Alemanha, China, Japão e França, que são os maiores importadores. A participação dos Estados Unidos (16,10%) e da Alemanha (7,20%) é decisiva; b) que a redução das importações por parte dos Estados Unidos, em função da alta de juros e do petróleo, poderá levar a crise profunda em diversos países que dependem desse comércio; c) a impossibilidade das maiores potências de quebrar o protecionismo de setores econômicos, a exemplo da agricultura, que acarretaria grave crise interna; d) o aumento das pressões para que a China adote medidas que favoreçam as importações; f) que os países que dependem da exportação de produtos agrícolas, que tiveram crescimento mesmo com os Estados Unidos e Europa comprando menos, como o Brasil, necessitam da eliminação de subsídios, caso contrário pode haver uma estagnação ou retrocesso no próximo período. Daí o "esforço" do governo Lula em retomar as negociações ou aumentar os acordos bilaterais, que certamente têm seus limites. Evidencia-se que a via dos acordos diplomáticos está se esgotando. O fracasso de mais uma reunião de Doha expõe as dificuldades do mercado mundial sob o domínio dos países imperialistas. E mostra que os impasses só fazem ampliar as crises do sistema capitalista em desagregação. Também golpeia as ilusões dos países semicoloniais sobre a possibilidade de acordos que os favoreçam. Ao contrário, sob o comando do imperialismo terão de arcar com maior peso da crise mundial. Países como o Brasil, Índia, China etc. são usados nas disputas entre Estados Unidos e Europa.

Derrotar a bárbara agressão imperialista de Israel sobre o Líbano e a Palestina

Há quase um mês, o sul do Líbano tem sido alvo de pesados bombardeios da aviação israelense e de uma ofensiva militar terrestre, que mataram centenas de libaneses, destruíram o aeroporto e boa parte de Beirute, capital do país, além de pontes, rede elétrica e de telecomunicações, fábricas, oleodutos e impôs ao país um bloqueio aéreo e marítimo.

O conflito teve início dia 12/07, quando a milícia xiita do Hezbollah seqüestrou 2 soldados israelenses como meio para pressionar Israel pela libertação de presos políticos palestinos. O bombardeio israelense que matou 37 crianças em Qana ressaltou o massacre. O primeiro ministro de Israel, Ehud Olmert, respondeu assim a um chamado da imperialista ONU por um cessar fogo na região: "A batalha continua. Não há cessar-fogo, nem haverá nos próximos dias". O seqüestro de um soldado israelense pelo Hamas na Faixa de Gaza foi o pretexto para Israel invadir e isolar a região, como também a Cisjordânia, impedindo a volta de milhares de palestinos que estavam no Egito, e, no dia 29/06, prender 64 ministros, deputados, prefeitos e outros dirigentes do Hamas na Cisjordânia. Mais de 150 palestinos já morreram até agora em consequência dos ataques de Israel.

A atual ofensiva israelense tem o total apoio do governo Bush e faz parte de uma ofensiva maior do imperialismo sobre o Oriente Médio. Com o aval da ONU, marionete das potências capitalistas, a máquina de guerra nazi-sionista de Israel conta com a ajuda de US\$ 3 bilhões por ano do governo dos EUA para se manter armado até os dentes e defender os interesses das potências na região, que possui as maiores reservas de petróleo do mundo. O imperialismo necessita do controle das fontes de matéria prima e, para tanto, tem de disciplinar as feudais-burguesias árabes pela via da militarização de um enclave imperialista na região (Israel). Há muito, os EUA enquadraram a Síria e o Irã no chamado "eixo do mal". Recentemente, o Irã foi alvo de uma resolução do Conselho de Segurança da ONU que o obriga, no prazo de 30 dias, a abandonar seu programa de enriquecimento de urânio, sob pena de sofrer sanções econômicas e diplomáticas, não descartada aí a possibilidade de uma intervenção militar. Na atual escalada de guerra de Israel contra o Líbano, o ministro da defesa israelense Amir Peretz disse que tem planos de ampliar as operações no país e que precisariam de "10 a 14 dias para acabar com o Hezbollah". O primeiro ministro Ehud Olmert disse ainda: "Não podemos permitir que continuem fabricando mais morteiros nem mais mísseis". Israel suspendeu a "trégua" após o massacre de Qana, em que morreram 60 civis, e já realiza novos bombardeios sobre Beirute e outros centros urbanos do Líbano. O objetivo do governo israelense, longe de querer resgatar os soldados seqüestrados, é a destruição dos grupos nacionalistas islâmicos como o Hezbollah, Hamas, Jihad Islâmica etc. que resistem à opressão imperialista e aumentaram sua influência política no último período. O Hamas venceu as eleições palestinas de janeiro, conquistando mais da metade das cadeiras do parlamento palestino, e o Hezbollah tem ampliado suas ações desde a saída das tropas sírias do Líbano em 2005. A visita da secretária de estado americano Condoleezza Rice a Israel e sua proposta de cessar-fogo está em conformidade com a política americana para a região. Cessar-fogo e construção da 'paz' com a completa destruição

da resistência islâmica.

Apesar do enorme aparato bélico israelense, a resistência das massas exploradas do Oriente Médio tem crescido. Mesmo com intensos bombardeios, Israel não consegue dismantlar as bases do Hezbollah, que continua a disparar mais de 100 foguetes Katyusha diariamente contra o seu território. 51 israelenses já morreram, a maioria militares, em combates por terra contra a guerrilha xiita. Para vencer o Hezbollah, Israel está obrigado a promover um genocídio e destruir todo o sul do Líbano. Os apelos 'humanitários' de representantes da ONU e de algumas potências européias não passa de demagogia e retórica vazia. Na prática, têm dado tempo para Israel agir como quiser e desmontar as bases do grupo islâmico, mesmo que isso custe o bombardeio de casas, bairros residenciais, escolas, hospitais e a morte de centenas de pessoas. O maior empecilho, todavia, é que a resistência do Hezbollah e das massas tem sido bem maior do que o esperado. Há quase um mês, Israel tenta por todos os meios e não consegue deter a ação da guerrilha xiita. Prepara-se já uma força multinacional de "Paz" coordenada pela ONU para ocupar o sul do Líbano e desarmar o Hezbollah. A ocupação militar da região é uma meta da ofensiva militar israelense impulsionada pelos EUA.

A tarefa dos revolucionários diante do massacre bárbaro do imperialismo é se colocar ao lado da resistência libanesa e palestina contra a agressão nazi-fascista de Israel e dos EUA. Portanto, apoio incondicional aos grupos islâmicos da resistência na guerra contra Israel. Denunciar o papel da ONU, agência do imperialismo, de pavimentar o caminho, via desarmamento das nações semicoloniais (como foi o caso do Iraque em 2003 e agora do Irã), para o intervencionismo bélico das potências na região. Denunciar também a capitulação da feudal-burguesia árabe pró-imperialista e do Governo do PT/Lula que se coloca por detrás das posições da ONU.

Mesmo manifestando o apoio incondicional a tais grupos islâmicos é preciso apontar os limites destas organizações que, distantes do marxismo-leninismo-trotskyismo, e apoiadas no fundamentalismo religioso e no nacionalismo burguês, não empreendem uma luta conseqüente contra o imperialismo que aponte para a destruição do capitalismo pela via revolucionária. Não pode haver paz no Oriente Médio sob o capitalismo, que projeta a opressão de classe para a opressão nacional. A luta contra a agressão imperialista passa pela construção do Partido Revolucionário na região e da IV Internacional em escala mundial, ou seja, pela revolução e ditadura proletárias e criação dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

- Todo apoio à resistência libanesa e palestina na luta antiimperialista! Liberdade aos presos políticos árabes e palestinos em Israel!
- Pelo direito de autodeterminação dos povos! Direito das nações árabes se armarem! Nenhuma resolução da ONU contra o Irã!
- Abaixo a ofensiva nazi-sionista de Israel e EUA no Oriente médio! Pelo fim do cerco militar aéreo e naval ao Líbano!
- Unidade dos povos do Oriente Médio contra o Imperialismo! Frente Única Antiimperialista!
- Destruir o enclave imperialista (Israel) na região! Pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio!

Fora Israel do Líbano e da Palestina

A facilidade e a impunidade como o Estado sionista pratica o genocídio no Líbano e na Palestina evidenciam as tendências bélicas mundiais. O Oriente Médio é palco das guerras, mas o cenário é mais amplo.

Em que latitude tais tendências se concentram? Nos Estados Unidos da América.

Israel foi criado artificialmente após a segunda guerra mundial, sob a hegemonia norte-americana e com a função de cumprir um papel histórico de garantia do expansionismo do imperialismo americano, no pós-guerra. O sionismo foi sustentado pela potência que emergiu entre as duas grandes guerras (a de 1914 e de 1945).

O Estado militarista de Israel não resultou de um longo processo histórico de formação nacional – como ocorreu no mundo todo com o advento do capitalismo –, mas em decorrência de sua criação por obra das potências. Os Estados Unidos armaram o Estado sionista com o aparato mais sofisticado da indústria bélica, inclusive nuclear – uma das razões que levou e leva o Irã a trilhar o mesmo caminho.

As guerras incessantes no Oriente Médio respondem, em grande medida, à presença das forças imperialistas, particularmente às dos Estados Unidos. A prepotência do governo Ehud Olmert, que ordenou a destruição do Líbano, se deve ao mando dos Estados Unidos e à anuência da Europa, apesar dos interesses colonialistas conflitantes.

A guerra contra o Iraque e sua ocupação pelos Estados Unidos serve de parâmetro para Israel. É parte da mesma tendência bélica e dos métodos da guerra colonialista, que ocorreu na região. O Iraque foi arrasado por bombardeios aéreos, sem que houvesse possibilidade de resistência. A mortandade de civis compõe os cálculos da guerra por computadores e satélites. Depois, basta os generais e governos lamentarem as mortes e atribuírem ao bombardeio da população erro de informação.

A guerrilha nacionalista do Hezbollah nasceu da resistência do povo libanês (não de sua burguesia entreguista, principalmente a identificada com a fração cristã) à ocupação de Israel de seu território, em 1982. A guerrilha foi a forma encontrada para obrigar o exército sionista e norte-americano a desocuparem o Líbano. O massacre de civis, por sua vez, foi a contrapartida militar dos invasores. As milícias cristãs libanesas, com apoio de Israel, promovem o assassinato em massa de refugiados palestinos, em Sabra e Chatila, para vingar a morte do presidente cristão Bachir Gemayel. Estavam estabelecidos os



Bomba israelense cai em Beirute

vínculos de sangue entre libaneses e palestinos contra o sionismo.

Há esses precedentes por detrás da invasão atual. Os teleguiados mortíferos de Israel não podem destruir a guerrilha do Hezbollah, mas podem arrasar o país e matar centenas e centenas de civis. Na guerra imperialista, a população é considerada culpada, pois abriga a resistência. O bombardeio de Qana e a chacina de civis é um dos retratos.

A ONU, mais uma vez, mostra-se instrumento das potências, que negociam por cima da destruição e dos cadáveres o desarmamento do Hezbollah e o fortalecimento das posições libanesas favoráveis a Israel. Quando os Estados Unidos acharem que o exército israelense deva cessar os bombardeios, então as forças internacionais agirão para impor a ordem que as potências desejarem.

Mas a guerra de Israel no Líbano e na Palestina é mais ampla. Entrelaça-se com a guerra no Iraque e a que os Estados Unidos planejam contra o Irã. A “paz” entre Israel, Líbano e Palestina deve ser resultado de uma derrota geral dos nacionalismos no Oriente Médio e domínio pelo imperialismo das fontes de petróleo, terra e água. O que quer dizer que o cerco militar no Líbano, Gaza e Cisjordânia é apenas continuidade de uma guerra mais geral no Oriente Médio do imperialismo e do colonialismo sionista contra os povos oprimidos.

A posição do governo Lula é vergonhosa. Segue as posições da França, que teve o Líbano como colônia, desde a 1ª Guerra Mundial até 1941. Lamenta hipocritamente a “desproporção” da reação de Israel ao aprisionamento de dois de seus soldados e morte de outros três pelo Hezbollah e pede o desarmamento da guerrilha libanesa. E se dispõe a integrar as forças internacionais, que possivelmente estarão sob o comando francês.

Desarmar o Hezbollah significa deixar Israel com as mãos completamente livres para continuar com expansionismo e para intensificar o domínio sobre os palestinos.

Os trabalhadores do mundo todo e a juventude devem se colocar do lado dos povos oprimidos e lutar pela derrota do imperialismo. O avanço militar dos Estados Unidos e de Israel no Oriente Médio fortalecerá as tendências bélicas mundiais do capitalismo decadente. A luta dos trabalhadores conscientes não se dá em torno do nacionalismo, mas do socialismo. Os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio trarão a paz definitiva entre os povos. Para alcançar essa paz verdadeira, será necessária uma longa luta antiimperialista e anticapitalista.

ORIENTE MÉDIO

Imperialismo ianque incentiva o genocídio

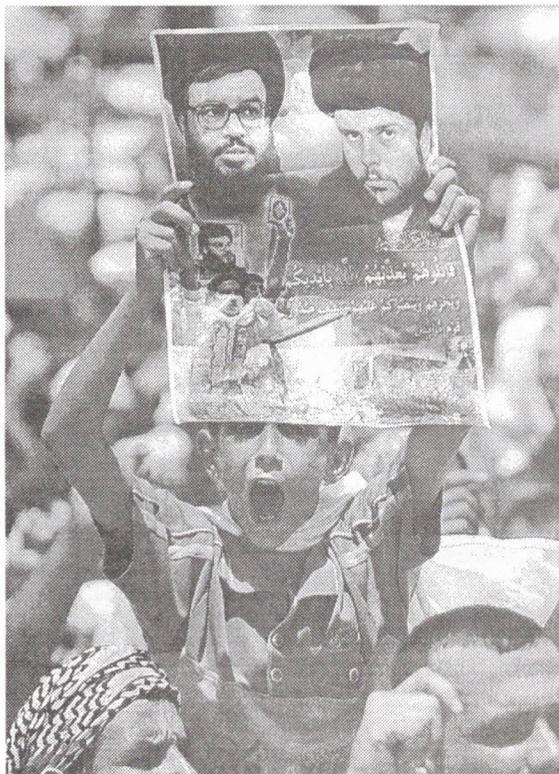
Após 27 dias de ataques constantes e a morte de mais de 700 libaneses, não há qualquer indício de cessar-fogo pelo Estado de Israel.

Mesmo depois do bombardeio a um condomínio residencial na cidade de Qana, com a morte de 56 libaneses civis, constando da lista 37 crianças e 16 mulheres, Israel não conteve os ataques. Apenas concedeu 48 horas para investigações sobre o “erro” de pontaria. Este acontecimento causou protestos no mundo inteiro, que exigiram imediato cessar-fogo. O governo brasileiro apenas esboçou uma pequena reação em que, através de mensagem, o presidente Lula/PT declarou estar “chocado e indignada com o ataque a Qana.”.

No Líbano, mais de 5 mil pessoas saíram às ruas para protestar em frente à embaixada da ONU em Beirute. Carregavam bandeiras do Líbano e do Hezbollah. Um dos manifestantes ainda declarou: “que a senhora Rice não se atreva a voltar aqui para beber o sangue de nossas crianças.” Rice cancelou imediatamente sua visita à cidade e antecipou seu vôo para Washington. Isso demonstra que os libaneses sabem quem é o verdadeiro culpado das atrocidades cometidas contra o povo. Rechaçam a presença do intermediador facinora, que posa de democrático aos olhos do mundo, mas financia e incentiva os massacres às nações semicoloniais.

Enquanto isso, o povo israelense apóia incondicionalmente os ataques de Israel ao Líbano. Segundo pesquisa, a maioria dos israelenses acha que a ofensiva do exército deve se manter até que os soldados sejam resgatados, pois acreditam que o agressor seja o Hezbollah e não Israel. Inclusive os brasileiros que vivem em Israel são favoráveis aos crimes cometidos neste conflito. Ainda não perceberam o Estado de Israel é avalizado pelo imperialismo norte-americano porque segue suas determinações à risca.

Ao mesmo tempo, numa tentativa frustrada de acabar com o conflito entre Israel e Líbano, no dia 24 de julho, realizou-se a Conferência de Roma, representada por países europeus, árabes e os Estados Unidos (Israel não foi convidado). O que se chegou nesta reunião foi a uma declaração (declaração da 18 nações) contendo os seguintes pontos: ajuda humanitária às vítimas, a exigência da presença de uma força internacional no



Manifestação no Iraque de apoio ao Hezbollah

sul do Líbano e o cumprimento de resoluções da ONU, o que inclui o desarmamento de milícias, como o Hezbollah. Trata-se de uma posição pró-Israel. Mesmo assim, os Estados Unidos declararam: “Qualquer solução deve ser permanente e envolver o desarmamento do Hezbollah e a libertação dos soldados.” O que quer dizer: impor o domínio de Israel e dos EUA sobre o Líbano.

As declarações dos Estados Unidos e sua resistência a qualquer cessar-fogo com o Líbano, dando mais tempo para Israel promover os ataques e o assassinato de centenas de libaneses, é a necessidade de conter qualquer foco de resistência que coloque em risco sua hegemonia no Oriente Médio. Para isso, não importa a forma como esta hegemonia será conquistada, se à custa de massacres, inclusive crianças, da destruição de cidades inteiras, da desestruturação econômica do país.

Para tanto, apóia qualquer ação de Israel, mesmo à revelia de qualquer protesto que venha a ocorrer. Para Israel, o que vale é a manutenção de seus interesses colonialistas e expansionistas sobre os territórios ao seu redor. Utiliza os soldados seqüestrados como mero disfarce para suas pretensões, escamoteando o real motivo de sua sangrenta investida contra o povo libanês. Esta pretensão fica clara quando defende a criação de uma zona de segurança entre os dois países, também endossada pelas nações imperialistas na Conferência de Roma. A grande ofensiva que empreendeu na última semana por terra, tem como estratégia empurrar a resistência Hezbollah até o norte do Líbano, às margens rio Litani, representando uma área maior do que a ocupada até o ano de 2000. Para que seja bem sucedido em seu avanço, o exército de Israel convocou mais 15 mil soldados reservistas, e 10 mil soldados já controlam 6 km do território libanês. Está aí a razão principal dos massacres promovidos ao Líbano. Israel alega que irá se retirar da área ocupada assim que as forças internacionais de “paz” se instalarem. No entanto, é preciso ter claro que não há qualquer distinção entre o exército israelense e as forças internacionais. Todos comungam da mesma cartilha, ou seja, servem ao mesmo padrão: as nações imperialistas, que necessitam intensificar a exploração das semicolônias, em virtude da crise mundial do capitalismo.

Publicamos o Manifesto da Associação de Professores da PUC, distribuído na manifestação do dia 6 de agosto em São Paulo

Fora Israel/Estados Unidos do Líbano e da Palestina

A Associação de Professores da PUC se posiciona pela imediata retirada das tropas israelenses do Líbano e da Palestina, pelo fim de todo bombardeio, pela libertação de todos os presos e devolução integral dos territórios ocupados (Gaza, Cisjordânia, Golan). E que Israel pague pela destruição material, econômica e pelo massacre dos civis. Que os Estados Unidos sejam igualmente responsabilizados pelos crimes de guerra contra o Líbano e a Palestina.



Manifestação em São Paulo contra a agressão israelense no Líbano

A guerra contra o Líbano é claramente expansionista e colonialista. É falso o pressuposto de que Israel apenas exerce seu direito de defesa. O sionismo se baseia no fundamento colonialista de ampliação de território. O argumento de que o governo israelense exerce o direito de defesa desproporcionalmente não modifica o essencial: o expansionismo econômico e militar. Ao contrário, Israel não se defende, mas ataca o Líbano e a Palestina segundo suas necessidades de ampliação de fronteiras, criadas artificialmente com a imposição do Estado sionista no fim da Segunda Guerra Mundial. Está aí por que devemos defender incondicionalmente o povo libanês e palestino contra a poderosa máquina de guerra israelense.

Os Estados Unidos são os principais responsáveis pela ação devastadora de Israel sobre o Líbano e a Palestina. O governo norte-americano, em última instância, dá as ordens de invasão e guerra. A partir da Segunda Guerra Mundial cresceu enormemente sua influência sobre o Oriente Médio, em detrimento do imperialismo europeu, que passou a sócio menor na espoliação da região. As fontes de energia são estratégicas para as potências e suas multinacionais. Israel é o principal braço dos Estados Unidos no Oriente Médio, por isso o armou como poderosa máquina de guerra, inclusive com armas nucleares. O expansionismo e o colonialismo do poder sionista reflete, em grande medida, o domínio imperialista norte-americano.

A ofensiva militar contra o Líbano tem a ver com a ocupação do Iraque pelos Estados Unidos. A intervenção nesse País corresponde à necessidade dos Estados Unidos de imporem mais vastamente seu domínio na região e estabelecerem a sua partilha com as potências européias. Mas a resistência nacionalista conta com apoio ativo das massas

empobrecidas em todo Oriente Médio. Os massacres no Iraque, Palestina e Líbano recrudesceram o ódio antiimperialista contra os Estados Unidos e contra o sionismo de Israel. O imperialismo não tem outra saída senão alimentar as guerras e ampliá-las. Nesse sentido envolve a campanha contra o Irã, com a justificativa de impedir seu desenvolvimento nuclear. O avanço de Israel sobre o Líbano potencia as tendências de guerra em toda região. Sua derrota é fundamental para que o povo iraquiano vença a ocupação e a ofensiva contra o Irã seja barrada.

O massacre de civis no Líbano e Palestina ora é justificado como erro militar, ora como inevitável porque a guerrilha do Hezbollah e Hamas está submersa na população. Essa explicação deve ser denunciada. A gigantesca máquina de propaganda do imperialismo precisa convencer a população mundial que são democráticos, defensores dos direitos humanos e que praticam a guerra como último recurso defensivo. Pura mentira. Palestinos, libaneses, iraquianos etc não têm como se defender perante o poderio bélico das potências e de Israel. Assim surgem movimentos como Hezbollah e Hamas, que só são capazes de resistir contando com a luta de grande parcela da população. O ataque a civis, na realidade, é guerra contra a população. Os massacres são necessários para a máquina de guerra se impor. Devemos denunciar como genocídio e crime de guerra contra os povos oprimidos.

A Apropuc chama os professores, estudantes, intelectuais e toda população a condenar a guerra de Israel/Estados Unidos contra o Líbano/Palestina, a exigir o fim da ocupação do Iraque e a defender a autodeterminação dos povos.

Bolívia

As massas recorrem a caminhos diferentes da Constituinte

O governo, o conjunto do reformismo e a direita reacionária pareciam haver selado um pacto de unidade para criar ilusões na consciência dos explorados sobre as possibilidades da assembléia constituinte; as divergências que, de tempo em tempo, surgem entre eles, são de natureza formal e secundária em função de seus mesquinhos interesses políticos conjunturais. Na essência, todos eles compreendem que a única maneira de impedir a revolta dos explorados que ameaça acabar - pela via revolucionária - com a atual ordem social carcomida até os ossos, é mantendo essa ilusão como o maior obstáculo para que as massas voltem a seu caminho revolucionário. Sentem terror só de pensar nas convulsões sociais precedentes (guerra da água e do gás), que estremeceram mortalmente as estruturas de um Estado burguês que se desmorona.

Entretanto, apesar do monstruoso aparato publicitário que todos os dias perfura a consciência dos explorados e a proximidade da instalação do circo na capital da República, as massas, longe de confiarem a solução de seus problemas nesse cenário, todos os dias recorrem à ação direta, a suas próprias forças e métodos decerto nada democráticos. A ocu-

pação de terras no Choré e o bloqueio de estradas no Altiplano pela contaminação do lago Titicaca, são a culminação de outras ações anteriores da mesma natureza.

Esta realidade aparentemente incompreensível, porque o normal deveria ser que os bolivianos reivindicassem à constituinte a solução de todos seus problemas, tem uma explicação: é o instinto que está atuando incontidamente e está vinculando as experiências do presente com a rica tradição revolucionária dos explorados. Não passaram sem deixar marcas nas massas as Teses de Pulacayo, a Assembléia Popular de 1971, as guerras da água e do gás etc. Enquanto escutam a pregação de seus dirigentes e dos políticos sobre as bondades da constituinte, parecia que o aceitavam, mas em sua consciência é mais forte seu rechaço à democracia formal, às leis burguesas, ao parlamentarismo.

A força da tradição e do instinto que se traduz nas ações concretas que assumem os explorados todos os dias pressionam, por sua vez, essas direções burocratizadas e corrompidas que se somam politicamente ao governo masista (através do Estado Maior do Povo) e

que, nos fatos, se vêm forçados a falar a linguagem que lhes impõem suas bases mobilizadas. Só assim se pode explicar o ocorrido no Congresso da COB e no último congresso da educação convocado pelo governo. Os estalinistas, por exemplo, mais masistas (MAS) que os próprios militantes do MAS, se vêm obrigados a encabeçar o rechaço ao projeto de lei educacional proposto pelo governo, a realizar ações que na prática têm provocado o fracasso do evento e, agora, anunciam medidas de pressão que devem decidir-se na próxima reunião nacional do setor.

Quando os explorados constatarem na sua própria carne que a constituinte foi uma farsa para distrair a verdadeira natureza de suas lutas, quando compreenderem com sua própria experiência que não acontece a tal "nova Bolívia" e que suas necessidades vitais não têm sido atendidas, rapidamente aprofundarão o que agora já estão fazendo, usando seus próprios métodos de luta para resolverem seus problemas.

Extraído do Massas 2002 - POR Bolívia

Votos brancos, nulos e a abstenção batem recorde histórico

V.M.

Segundo resultados finais da Corte Nacional Eleitoral, para a eleição dos constituintes votaram em branco 417.399 (13,32%), votaram nulo 108.565 (3,46%) e a abstenção foi de 15,61%. No total, dos inscritos no padrão eleitoral os 32,39% deram suas costas à eleição dos constituintes. Quanto ao Referendum sobre as autonomias votaram em branco 117.368 (3,74%), votaram nulo

103.627 (3,30%) e se abstiveram 15,49%. No total, para os 22,53% dos inscritos no padrão eleitoral o problema das autonomias é irrelevante. A informação não contempla o total das pessoas depuradas, as que foram eliminadas do padrão eleitoral por não terem votado nas eleições gerais (como Abel Mamani), e tampouco a abstenção dos que estando em idade de votar não se inscreveram no padrão eleitoral.

Concretamente, dos inscritos no padrão eleitoral, um de cada três não elegeu constituinte, diferença que diminuiu no caso das autonomias a quase um de cada quatro. Como indica *La Razón*, os votos brancos, nulos e abstenção bateram recorde histórico, isto é, o rechaço à eleição de constituintes e do referendum da autonomia foi maior do que nas anteriores eleições.